

ENTREVISTA

País pode deixar de sacar recursos do FMI

Diretor de Assuntos Internacionais do BC diz que dinheiro só será usado para melhorar fluxo

SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA – O Brasil não sacará a terceira parcela dos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para financiar despesas. A única hipótese de o governo usar os recursos, em junho, será para pagar parte das parcelas anteriores que foram liberadas pelo Fundo e retiradas pelo País em dezembro e abril.

A informação foi divulgada pelo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Daniel Gleizer. “Se sacarmos, será apenas para pagar o que já usamos e, assim, suavizar o fluxo de pagamentos”, afirmou o diretor.

Na entrevista exclusiva concedida ao *Estado*, em Brasília, Gleizer traçou um cenário otimista para a economia brasileira no médio e longo prazos, em que as polêmicas entre os que defendem o desenvolvimento, como o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, e a estabilidade, defendida pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, são consideradas inúteis. “O crescimento com espasmos foi o que vivemos ao longo dos últimos anos”, disse o diretor, em defesa da estabilidade. “Temos de crescer com consistência”.

No cenário traçado por ele, a política fiscal abre espaços para os investimentos do setor privado. Lá estão, ainda, a manutenção de índices inflacionários baixos, taxas de juros declinantes e a recuperação das exportações.

Gleizer reconheceu, no entanto, que ainda há desconfiança em relação aos resultados apresentados pelo governo depois da crise. Principalmente em relação ao superávit primário do setor público do pri-

meiro trimestre, que chegou a R\$ 9,23 bilhões, mas foi obtido à custa de receitas extraordinárias. “Enfrentamos hoje a batalha da dúvida”, admitiu. Para ele, “essa vai ser uma batalha ganha mês após mês”.

Na área externa, que está sob seus cuidados há menos de três meses, o diretor promete novas emissões de títulos que facilitem o acesso do setor privado ao mercado europeu e, também, melhorem o perfil da dívida externa do País. A seguir os principais trechos da entrevista de Gleizer:

■ **Emissões** – O próximo lançamento do governo deverá ser no mercado de euro e a perspectiva é vender papéis com valores entre US\$ 250 milhões e US\$ 500 milhões. Há empresas brasileiras interessadas em captar em euro, que querem ter um referência (benchmark) da República. Se as condições de mercado forem

favoráveis, o País vai emitir títulos neste semestre, afirma Gleizer.

■ **Câmbio** – Basicamente, a taxa de câmbio está oscilando em torno de R\$ 1,65 porque o mercado está oscilando em torno desse valor. As aquisições e vendas do BC têm sido muito pequenas. Segundo ele, quando a taxa estava em R\$ 1,70 também diziam que era por causa da intervenção.

■ **Mercado cambial** – A ideia é sair deste mercado o mais rápido possível, mas de forma responsável. O diretor advertiu que o mercado será desregulamentado no tocante a prazos de contratação e compulsórios. Novas medidas podem sair esta semana. A ideia, segundo ele, é propiciar um crescimento do mercado interbancário para que o setor privado atue nas pontas da demanda e da oferta de dólares sem recorrer ao Banco Central.



Gleizer: proteção do setor privado foi feita à custa da posição do governo e foi um filme de câmara lenta, quase a novela de uma morte anunciada

■ **Linhas comerciais** – O mercado está voluntariamente alongando o prazo das operações porque o cupom de curto prazo está muito baixo. Há muita ansiedade nas discussões, que precisam ser serenas, disse. Ele assegurou que as linhas interbancárias estão sendo roladas entre 100% e 110% em relação ao nível de fevereiro. As linhas banco-empresa têm rolagem que varia entre 90% e 100%. Ele explicou, porém, que as linhas de menos de 360 dias não estão sendo fiscalizadas pelo BC. Muita gente migrou para prazos menores, pois antes o financiamento à importação era de 360 dias, na média, e agora é de 90 dias.

■ **Demanda** – Diferentemente do que se tem falado,

ele garante que a demanda pelas linhas de comércio está fraca porque as importações estão caindo. No caso das linhas antigas, que estão vencendo e não estão sendo renovadas, a queda está em torno de 20% em relação ao mesmo nível do ano passado.

■ **Exportações** – O impacto da desvalorização nas exportações é mais forte no longo que no curto prazo, afirmou. Em geral, entre seis e nove meses. Num primeiro momento, há vários fatores a considerar: primeiro os contratos que já estão escritos e têm de ser cumpridos, segundo, a divisão do ganho. O diretor explicou que os exportadores ainda estão cumprindo contratos antigos e isso significa gastar mais reais para exportar o mesmo va-

lor em dólares. E lembrou que dividir o ganho da desvalorização com o importador é comum. Ele acredita que esses problemas se resolvem no médio prazo. Para ele, as exportações crescerão, ainda, por outros dois motivos que são: maior atratividade (quem não exportava pode decidir investir e passar a exportar) e restauração da competitividade dos produtos brasileiros lá fora.

■ **Balança comercial** – O superávit entre US\$ 11 bilhões e US\$ 12 bilhões, previu, só deverá ser atingido nos próximos 12 meses. Para este ano, Gleizer disse ser razoável esperar um superávit entre US\$ 5 bilhões e US\$ 7 bilhões. Ele acredita que, além da melhoria das exportações, o País passará a produzir substitutos às importações. O impacto na balança vai ser benéfico pelos dois lados, diz o diretor.

■ **Inflação** – Há uma série de hipóteses para a inflação estar baixa, lembrou. Existem componentes estruturais e conjunturais. A economia está desindexada, desaquecida e o cenário inflacionário internacional é muito benigno. No aspecto estrutural, o grande temor era que a demanda por indexação fosse irresistível, mas esse não tem sido o caso, na sua avaliação. A economia está desindexada e a concorrência é muito

maior do que era. Há ainda o fato de a população não ter aceitado o aumento de preços, segundo ele, por prezar a ideia de que a inflação baixa se manifesta numa melhoria do padrão de vida, é um benefício que a população valoriza. Mas a concorrência, disse, está muito forte e os importados continuam sendo um elemento importante.

■ **Superávit** – Para ele, o superávit foi significativo e o importante é que houve uma mudança de comportamento expressa nos números. Pela primeira vez estamos vendo

um resultado que foi prometido ser efetivamente entregue, disse. Houve dinheiro temporário, mas também alguns componentes sustentáveis de longo prazo. “E só com o passar do tempo vamos conseguir mostrar de fato que a política fiscal contracionista se mantém e proporciona superávits.”

■ **Fundamentos** – Há evidência, hoje, segundo ele, de que a política fiscal é contracionista, apertada. “O que está acontecendo neste momento é a internalização da noção de que nós não temos mais espaço para uma política gradualista.” A capacidade de financiar déficit em transações correntes e déficits públicos elevados depende da disposição do setor privado de financiar o governo ou o País, afirmou.

■ **Filme** – Depois da crise da Rússia o setor privado, especialmente o setor financeiro, percebeu que, caso alguma coisa não mudasse dramaticamente no comportamento fiscal, estaríamos caminhando rapidamente para a insustentabilidade do regime cambial daquele momento, analisou. A prudência foi comprar hedge. “A proteção do setor privado foi feita à custa da posição do governo. Até a desvalorização, foi um filme em câmara lenta, quase uma novela de uma morte anunciada.”

■ **Argentina** – A percepção do diretor é de que a Argentina está passando por uma turbulência por causa das eleições de outubro e por causa da economia em recessão mais forte do que era esperado, em parte por causa da desaceleração das importações do Brasil. Mas, para ele, o sistema de conversibilidade tem mostrado tranquilidade. Os argentinos são criativos e determinados, segundo sua avaliação. “Acredito que eles devam passar rápido por essa fase de turbulências.”

**TURBULÊNCIA
NA ARGENTINA
DEVE PASSAR
RAPIDAMENTE**

**IMPACTO DA
DESVALORIZAÇÃO
É FORTE NO
LONGO PRAZO**